



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE

Tássia Tamyres Dos Anjos Curcino

“A gente veio de uma área alagada pra outra alagada”:
impactos socioambientais no conjunto Promorar, Maracangalha
(Belém/PA).

ANANINDEUA-PA
2022

TÁSSIA TAMYRES DOS ANJOS CURCINO

**“A gente veio de uma área alagada pra outra alagada”:
impactos socioambientais no conjunto Promorar, Maracangalha
(Belém/PA).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Geografia e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito.

ANANINDEUA-PA

2022

“A gente veio de uma área alagada pra outra alagada”: impactos socioambientais no conjunto Promorar, Maracangalha (Belém/PA).¹

Tássia Tamyres dos Anjos Curcino²

RESUMO

O presente artigo discute acerca dos impactos socioambientais em áreas suscetíveis a inundações e alagamentos na cidade de Belém, resultantes de um planejamento urbano que tem atuado em conformidade com a produção de desigualdade ambiental. Assim, a produção de desigualdade ambiental, neste caso, ocorre através de um planejamento urbano que, a partir de 1970, intensificou projetos urbanísticos e de macrodrenagem no centro de Belém, o que resultou no remanejamento de pessoas para áreas mais afastadas do centro, áreas suscetíveis a inundações e alagamentos. Neste contexto, o conjunto Promorar, no bairro Maracangalha (Belém/PA) foi uma dessas áreas destinadas para a implementação das políticas de remanejamento que ocorreram neste período. Dessa forma, esta pesquisa busca entender como o planejamento urbano e as formas de uso e ocupação do conjunto Promorar influencia na produção de impactos socioambientais no Promorar, cujo objetivo central é analisar os impactos socioambientais, especialmente, as inundações e alagamentos no conjunto. A metodologia esteve pautada no levantamento bibliográfico sobre desigualdade ambiental, (in)justiça ambiental e percepção ambiental, e documental, considerando o Plano Diretor Municipal de Belém e a sua política ambiental para a cidade. Também, foi realizado o trabalho de campo para a coleta dos depoimentos dos entrevistados a fim de entender as percepções ambientais dos moradores do conjunto, além da coleta de material visual através da utilização de recursos fotográficos. Portanto, essa pesquisa mostra a injustiça ambiental presente na percepção ambiental dos moradores que se expressa na negação de moradia adequada, saneamento, saúde e bem-estar, divergindo da política ambiental presente no plano diretor municipal.

Palavras-Chaves: Meio Ambiente; Geografia; Planejamento Urbano; Impactos Socioambientais; Remanejamento Urbano; Injustiça Ambiental.

1. INTRODUÇÃO.

De acordo com a setorização das áreas de risco geológico em Belém-PA realizada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em 2021, o conjunto Promorar apresenta um grau de risco muito alto de inundações e alagamentos³, sendo que cerca de 370 imóveis e 1.110 pessoas estão

¹ Artigo realizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de pós-graduação em Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (Campus Ananindeua), sob a orientação do Profº Drº Adilson Brito.

² Discente do curso de pós-graduação em Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (Campus Ananindeua).

³ Segundo Amaral e Gutjahr (2015), a inundação está relacionada com “o transbordamento das águas de um curso d’água, atingindo a planície de inundação, também conhecida como área de várzea” (AMARAL; GUTJAHR, 2015, p. 38) e o alagamento se refere ao “acúmulo momentâneo de águas em determinados locais, por deficiência no sistema de drenagem urbana, como bueiros entupidos ou cursos d’água com acúmulo de lixo e entulho”. (AMARAL; GUTJAHR, 2015, p. 40)

sob este risco no conjunto Promorar. Esse levantamento evidencia como essa área tem sido afetada constantemente por alagamentos e inundações, principalmente, quando ocorre a elevação do nível da água do rio, coincidindo com o período de elevação da precipitação atmosférica em Belém. Dessa forma, essa situação tem prejudicado as condições de habitação dos moradores nessa área, sendo motivo de reclamações constantes por eles.

Neste sentido, esta pesquisa busca entender como o planejamento urbano e as formas de uso e ocupação do conjunto têm influenciado na produção de impactos socioambientais no conjunto Promorar, localizado na bacia hidrográfica de Val-de-Cans. Assim, para direcionar esta pesquisa, o objetivo central está em analisar os impactos socioambientais, especialmente, as inundações e alagamentos no conjunto Promorar, localizado na Bacia Hidrográfica de Val-de-Cans. Para tanto, esse objetivo central se subdivide em três objetivos específicos, que são: entender o processo de uso e ocupação do solo no conjunto Promorar, compreender as formas de uso e ocupação do conjunto a partir da percepção dos moradores e identificar as consequências socioambientais decorrentes do processo de remoção dos moradores para o conjunto Promorar.

A escolha do tema da pesquisa está baseada na minha trajetória acadêmica, em que sempre me interessei em estudar, pesquisar sobre temas relacionados ao planejamento urbano, produção do espaço urbano e urbanização. No caso desta pesquisa, acrescentando nessas discussões a perspectiva ambiental, como caminho importante para se pensar o direito de morar na cidade.

Em relação a área de estudo, a escolha ocorreu por ser uma realidade que faz parte da minha vivência enquanto moradora do conjunto Providência, próximo ao conjunto Promorar, no bairro Maracangalha, cujo processo de formação aconteceu de forma similar, através do processo de remanejamento. No caso, o conjunto Providência já foi objeto de estudo científico⁴, contudo, não foi encontrado pesquisas acadêmicas que analisavam a situação específica do conjunto Promorar. Além disso, é importante destacar que, recentemente, o conjunto Promorar foi afetado drasticamente pela forte inundação que ocorreu no ano de 2020 e que se manteve alagada por alguns dias naquele período, prejudicando a vida dos moradores locais.

A metodologia foi sendo construída através do levantamento bibliográfico, considerando os conceitos de desigualdade ambiental e (in)justiça ambiental (ACSELRAD et al., 2012; SOUZA, 2020) retratados na forma como o planejamento urbano foi se constituindo a partir da década de 1970, na cidade de Belém. Assim, foi priorizado projetos urbanísticos e

⁴ Vide Abelém (2018).

de macrodrenagem em áreas de alagamento mais próximas do centro da cidade, resultando no remanejamento de pessoas para outras áreas mais afastadas do centro, suscetíveis a inundações e alagamentos, como é o caso do conjunto Promorar. Também, foi realizado levantamento documental, referente ao Plano Diretor Municipal de Belém para averiguar as políticas ambientais no município. Além disso, foi realizado trabalho de campo no conjunto Promorar para que fossem produzidas entrevistas através de questionário com os moradores locais, além da coleta de material visual com a utilização de recursos fotográficos. O questionário teve como foco, além do perfil socioeconômico, as seguintes perguntas: 1) Há quanto tempo você mora no conjunto? 2) Quais os motivos que fizeram você residir no conjunto Promorar? 3) Como era a infraestrutura urbana, o saneamento básico os aspectos ambientais na sua chegada ao conjunto? 4) Você consegue identificar impactos ambientais no conjunto Promorar, atualmente?

Ainda nesta etapa, algumas dificuldades foram encontradas na realização das entrevistas, dentre as quais, a dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para a entrevista e a desconfiança/insegurança em relação a entrevista. Contudo, vale destacar que as entrevistas foram essenciais para colocar em evidência, o entendimento dos moradores em relação ao seu espaço vivido e aos impactos socioambientais vivenciados por eles.

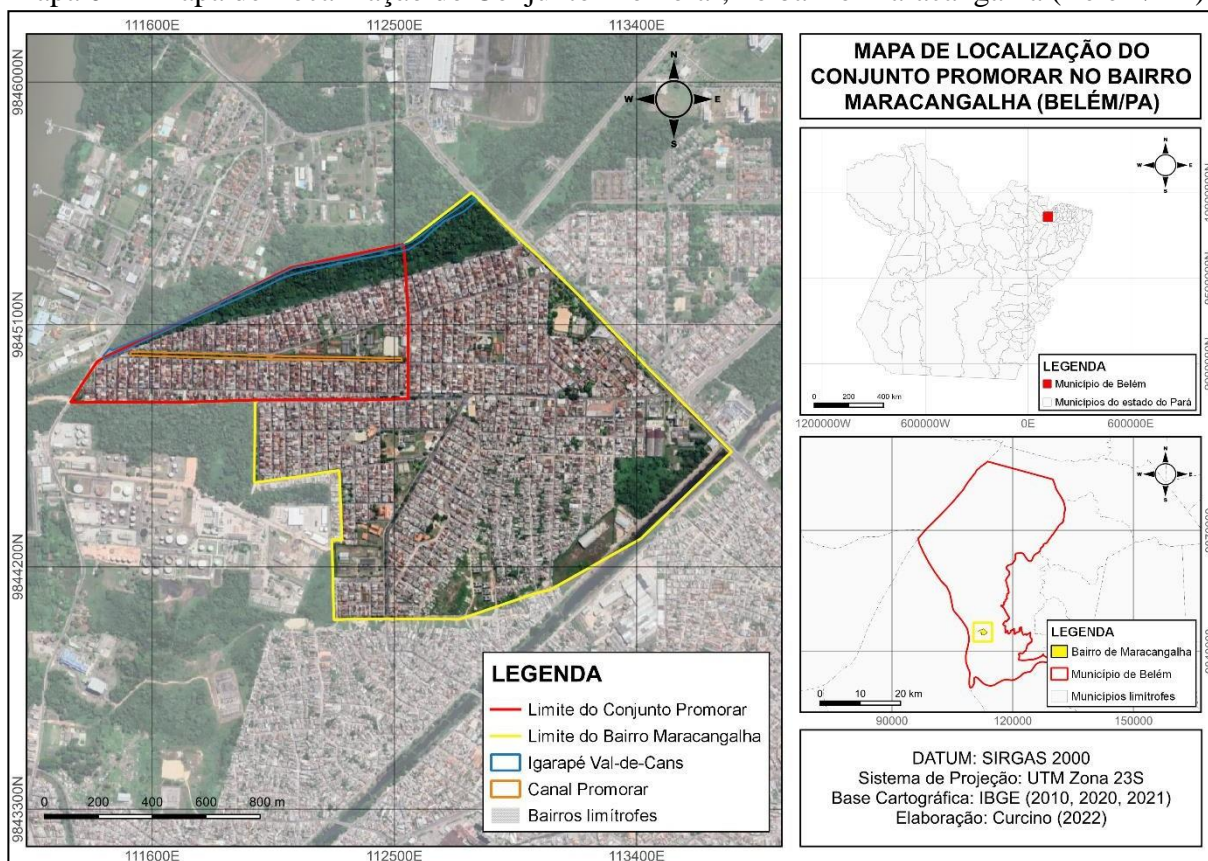
Diante disso, este artigo está dividido em dois tópicos. No primeiro tópico é construída uma análise acerca do planejamento urbano e ambiental, que contribuiu para a forma de ocupação e formação do conjunto Promorar. Já no segundo tópico, destaca-se a percepção ambiental dos moradores a partir do processo de remanejamento e das formas de uso construídas no conjunto.

2. O CONJUNTO PROMORAR E AS QUESTÕES AMBIENTAIS.

O conjunto Promorar, pertencente ao bairro de Maracangalha (Belém/PA), é um conjunto que compreende uma parte da bacia hidrográfica de Val-de-Cans, que tem como principais vias de drenagem, o canal Promorar e o Igarapé Val-de-Cans, localizado nas proximidades da Baía do Guajará (mapa 01).

A formação do conjunto Promorar ocorreu através da realização do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, em que se realizou a construção de canais de drenagem e aterramento de áreas alagadas ou suscetíveis a alagamentos, promovendo também a remoção de moradores dessa área, especialmente, de moradores do bairro do Barreiro.

Mapa 01 – Mapa de Localização do Conjunto Promorar, no bairro Maracangalha (Belém/PA).



Fonte: Curcino (2022)

Esse processo de remoção fez parte do projeto de recuperação das baixadas que teve início na década de 1970, em Belém. Nesse período, começa a se intensificar na cidade de Belém processos de remoção e remanejamento devido a projetos urbanos destinados à melhoria da infraestrutura urbana e ambiental na cidade, na tentativa de aliar projetos urbanísticos com promoção à moradia. (ABELÉM, 2018; TRINDADE JR., 1998; LEÃO, 2013).

Como Trindade Jr. (1998) coloca, a partir dessa década de 1970, a cidade de Belém, inserida em um contexto de integração econômica do espaço amazônico com a expansão capitalista na região, começa a passar por transformações em que os núcleos urbanos, como a cidade de Belém, tornam-se meio e condição para essa reestruturação urbana e regional⁵. A

⁵ Para Trindade Jr. (1998), o processo de urbanização na Amazônia, que está vinculado com a metropolização da cidade de Belém, ocorre conforme duas dimensões. Uma delas é através da integração econômica do espaço amazônico, seja sob o ponto de vista da integração que mobiliza, extrai e concentra excedente, como também conforme uma integração que difunda os valores e comportamentos da vida moderna. E a outra dimensão está vinculada com o crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos que se tornam vetores dessa urbanização, influenciando no planejamento do Estado e na articulação deste com a sociedade local.

partir de então, agentes produtores do espaço urbano⁶, além das camadas populares, passam a se destacar na cidade de Belém, especialmente, o Estado e as empresas privadas ligadas ao capital imobiliário, influenciando significativamente nas transformações do espaço urbano de Belém (TRINDADE JR., 1998).

Dessa forma, até a década de 1950, previa-se, no espaço urbano de Belém, a “não ocupação de suas áreas de baixadas, consideradas insalubres, sem infraestrutura, ainda que centralizadas no conjunto do espaço construído” priorizando “a ocupação dos terrenos de cotas mais elevadas” (TRINDADE JR., 1998, p. 101), cuja malha urbana se estendia até a Primeira Léguas Patrimonial⁷. Contudo, posteriormente, a partir da década de 1950, as áreas de baixada passaram a ser ocupadas e a malha urbana de Belém se expandiu para além do cinturão institucional. Esse processo de ocupação das áreas de baixada, segundo Trindade Jr. (1998), foi aonde surgiram as primeiras ocupações espontâneas, assim como, sendo local das reivindicações de movimentos populares urbanos em prol do direito à moradia.

Neste contexto, a ocupação das baixadas que ficavam dentro do cinturão institucional foi uma alternativa para que as pessoas mais pobres pudessem ficar mais próximas do centro (ou seja, das áreas de cotas mais altas, com concentração da população de elevado poder aquisitivo), sendo mais viável em relação a acessibilidade, como destaca Abelém (2018, p. 49)

os equipamentos urbanos e os empregos continuaram a ter maior concentração na Primeira Léguas e nas áreas altas, fazendo com que a população, principalmente a mais pobre, preferisse habitar próximo ao centro devido ao problema de acessibilidade a esses serviços e ao custo do transporte. (...) Com a corrida do campo para a cidade e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém, “as baixadas”, vão se transformando em enormes “favelas”.

A população que começava a ocupar as baixadas realizava as suas próprias obras de infraestrutura em busca de ter condições mais dignas de habitação, ainda que não fossem as mais adequadas. Então, mutirões foram sendo realizados pelos moradores locais com o objetivo de aterrar algumas áreas, cujos materiais, em alguns casos, foram improvisados com o uso de caroços de açaí, serragem de madeira e casca de castanha para fazer o aterramento. Dessa forma,

⁶ Roberto Corrêa (2005, p.13) considera que os agentes produtores do espaço urbano são “agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que delas emergem.”

⁷ Porção de terra de uma légua doado pela Coroa Portuguesa em 1627, que se tornou o patrimônio inicial da municipalidade. Assim, o traçado de uma légua partia do Forte do Castelo fazendo um arco de quadrante a partir das margens da baía do Guajará (sul) até o Rio Guamá (norte). (TRINDADE JR., 1998).

tornava-se possível a construção das casas de madeira, além das estivas⁸, com o intuito de facilitar o deslocamento pelas áreas mais alagáveis (ABELÉM, 2018).

É a partir desse momento, por iniciativa do Estado, surge o “Programa de Recuperação das Baixadas” que visava urbanizar essas áreas de baixada, assim como, estabelecer condições básicas de saneamento para a população que estava se estabelecendo nessas localidades. Contudo, apesar desse Programa, a priori, ter sido destinado para os moradores das baixadas, o que ocorreu foi uma valorização dessas áreas, dando espaço para a expansão do mercado imobiliário, possibilitando, posteriormente, a obtenção de recursos federais para as áreas alagáveis, como coloca Abelém (2018, p. 53)

(...) as pressões exercidas pela população, as necessidades impostas pelo crescimento da cidade com a consequente valorização da área, a importância de novas áreas para o mercado imobiliário convergem com o interesse do Estado na desarticulação política das classes dominadas, e no apaziguamento de possíveis conflitos sociais, colaborando para o surgimento de recursos federais e para o atendimento do “interesse coletivo”. Retoma-se então, na década de 70, toda uma preocupação com o problema das áreas alagadas.

Esse jogo de forças políticas fez com que a população residente nessas baixadas fossem removidas para outras áreas mais distantes do centro e sem infraestrutura adequada para moradia. Ainda que estivesse previsto no Programa os lotes de casas para as áreas de remanejamento, as condições de moradias eram precarizadas. Dessa forma, um desses locais de remanejamento do Programa de Recuperação das Baixadas foi o conjunto Promorar (ABELÉM, 2018).

Assim, essas remoções ocorreram de forma compulsória, na medida em que os moradores não tinham sido consultados e informados adequadamente sobre os rumos do Programa e sobre os seus direitos. Como resultado disso, muitos moradores foram removidos e tiveram que reconstruir as suas formas de habitar em outras localidades que também apresentavam problemas ambientais e de saneamento, não sendo solucionados com o remanejamento (ABELÉM, 2018).

Neste sentido, estavam sendo implementados programas de habitação a nível nacional como o caso do Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR) através do Banco Nacional de Habitação, que foi criado para reforçar as políticas de recuperação das áreas de baixada, tendo como uma experiência-piloto, o loteamento Promorar, em Belém (ABELÉM, 2018). Contudo, Abelém (2018, p. 81) nos mostra que nesse processo ocorreu uma mudança na

⁸ Pontes de madeira.

filosofia do programa já que passa a ser proposto na “sua destinação não mais às famílias moradoras das áreas alagadas, e sim a pessoas de melhor nível de renda, para garantir a viabilidade financeira do Programa”, desvinculando-se do objetivo inicial, que era produzir reassentamento para a população de baixa renda, mostrando que “não se fala mais em Programa de Recuperação das Baixadas, mas em PROMORAR”. Mas, devido as divergências em relação ao direcionamento do programa, entre o Banco Nacional de Habitação e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém através da Prefeitura, que já estava conduzindo o reassentamento no conjunto Providência, o Programa não foi concluído, resultando “mais uma vez [em] uma solução para as baixadas de Belém por meio de algo que não chegou a ser concluído e que não teve o registro e o acompanhamento necessários para orientar novas ações no mesmo sentido” (ABELÉM, 2018, p. 82).

Neste cenário, vale destacar a influência que esses programas tiveram em relação as agências internacionais que começavam a expandir nos seus programas e projetos urbanos, a concepção de *slum upgrading*, visando uma ideia de reabilitação urbana, obras de renovação urbana a partir da macrodrenagem e obras viárias, além da padronização dos assentamentos, como coloca Leão (2013, p. 141)

O banco nacional, na época, introduzia em sua política, soluções alternativas para assentamentos informais (como o programa PROMORAR), influenciado pelas pressões externas em adotar princípios ligados ao *slum upgrading*. (...) Constata-se na trajetória das intervenções em baixadas de Belém a existência de padrões e modelos intervenção urbana, identifica-se a consolidação do padrão *slum upgrading* como proposta de urbanização das baixadas, em projetos que visam a melhoria urbana dessas áreas, através de macrodrenagem e obras viárias.

Esses projetos de intervenção urbana e sanitária que ocorreram na cidade de Belém evidencia uma discussão acerca da produção de desigualdade ambiental que aconteceu por meio desses projetos. A remoção forçada de pessoas para áreas que apresentam inseguranças de habitação para possibilitar a implementação de obras urbanísticas mostra como as consequências são direcionadas para comunidades que são vulnerabilizadas. Acselrad et al. (2012, p. 165) destaca que a desigualdade ambiental se baseia na ideia de que

o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se à grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos.

No caso do Programa de Recuperação das Baixadas, podemos perceber que com a intensa pressão e expansão do mercado imobiliário para as áreas que estavam sendo aterradas próximas ao centro, e o remanejamento da população de baixa renda para as áreas mais distantes do centro, suscetíveis a alagamento, mostra como a desigualdade ambiental foi produzida na cidade.

Dessa forma, a desigualdade ambiental se expressa, também, na estigmatização das áreas suscetíveis a inundações e alagamentos. A exemplo do conjunto Promorar que, de acordo com o CPRM, é uma área de risco de inundações e alagamentos. Esse “risco”, como coloca Souza (2015, p. 30) evidencia aquilo que

costuma ser alvo de um tratamento negativamente discriminatório, em se tratando de espaços que, ao mesmo tempo, são segregados e estigmatizados – no Brasil, notadamente favelas. (...) além de as pessoas que nele residem já sofrerem por conta da exploração e da opressão que, de modo menos ou mais direto (escassez de renda e outros fatores), os empurra para locais muitas vezes pouco adequados e às vezes até insalubres, elas também sofrerão, não raro depois de gerações de ocupação consolidada em um mesmo lugar, com a inexistência de segurança jurídica da posse e com ameaças de remoção.

Em contrapartida a essa desigualdade ambiental, Souza (2020) fala sobre como esse processo nos remete a luta por justiça ambiental. Dessa forma, Souza (2020) entende que a justiça ambiental deve ser compreendida dentro de um sentido mais amplo, de justiça social. Para tanto, deve se considerar o “contexto ecológico (ou geobiofísico) e social em que vivem os seres humanos –, especialmente naquilo que afeta a saúde e o bem-estar das pessoas” (SOUZA, 2020, p. 36).

Um dos aspectos fundamentais para o entendimento da justiça ambiental é aquilo que Souza (2020) considera como sofrimento ambiental que está relacionado com o “sofrimento físico e/ou psíquico, sob a forma de mal-estar ou enfermidades, derivado de desastres, contaminação e outros problemas ambientais” (SOUZA, 2020, p. 37), e como esse sofrimento ambiental e suas causas são interpretados e expressados pelos grupos sociais atingidos. Nesse caso, Souza (2020) mostra que esse sofrimento ambiental é expressado “não como fatalidades, mas sim como expressões de injustiça, dando origem a conflitos latentes e, em muitos casos, conflitos manifestos” (SOUZA, 2020, p. 37). No próximo tópico, vamos conseguir visualizar em algumas falas dos moradores do conjunto Promorar que foram entrevistados, principalmente, o sofrimento ambiental expressado em relação ao processo de remoção e nas inundações e alagamentos que são frequentes no conjunto.

Nessa perspectiva, a percepção ambiental desses grupos se faz necessária, partindo da ideia de um encontro com a subjetividade de cada morador entrevistado. Essa subjetividade se refaz no pensar e na imaginação do mundo (ou dos mundos) e que constroem a imensidão interior do ser (BACHELARD, 2003). Essa imensidão do ser é que nos possibilita acessar “certas expressões referentes ao mundo em que vemos” (BACHELARD, 2003, p. 191), como parte da construção da percepção ambiental subjetiva e coletiva.

A experiência também se constitui como um fator importante para o entendimento da percepção ambiental nesta pesquisa. Dias (2015) faz a reflexão de que a experiência está vinculada com a memória e o lugar, com o tempo e o espaço, evidenciando uma dialética e uma indissociabilidade espaço-tempo, conforme diz

Podemos destacar, passado e futuro coexistindo no presente através da memória e expectativa das coisas vividas ou de antemão anunciadas e na composição de um presente indivisível. Se existe algo vivido no passado que se apresenta no presente, também ocorrerá um deslocamento da exclusividade do verbo passar (o tempo) para o verbo permanecer. É comum ouvirmos que o “tempo passou”, uma expressão que tende a sinalizar uma separação entre aquilo que foi vivido e o momento em que um suspiro sinaliza a passagem do tempo. (DIAS, 2015, p. 165).

Então, a profundidade que a percepção ambiental atinge considerando esses atributos mostra a relevância dos depoimentos como possibilidade de acesso à essas subjetividades e experiências, e que se cruzam no tempo e no espaço formando a memória coletiva (HALBSWACH, 1990) dos moradores. Essa memória coletiva, então, precisa ser reconstruída “a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (HALBSWACH, 1990, p. 34).

Dessa forma, a partir das subjetividades e experiências, e da construção da memória coletiva, a percepção ambiental dos moradores ganha força na luta pelos direitos fundamentais, como é o caso do direito à moradia na cidade. Ou seja, esse aspecto é fundamental para que políticas urbanas e ambientais coloquem no centro dessas discussões a percepção ambiental dos moradores, em busca da construção de uma justiça ambiental (SOUZA, 2020).

No entanto, é importante trazer para essa discussão as políticas ambientais do município de Belém que tem direcionado os programas e projetos de intervenção urbana, de saneamento e ambiental no município, considerando a experiência ambiental no conjunto Promorar. Para isso, será feita uma breve análise do Plano Diretor Municipal de Belém.

2.1 As políticas ambientais no município de Belém.

Atualmente, podemos destacar que o Plano Diretor Municipal de Belém de 2008 apresenta como diretrizes da Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado, os seguintes tópicos.

- III - compatibilizar, integrar e coordenar a elaboração e implementação dos planos setoriais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos, controle de riscos ambientais e gestão ambiental;
- IV - adotar as bacias hidrográficas do Município como Unidades de Planejamento da Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado;
- V - ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias, por meio a criação, complementação ou ativação dos sistemas necessários;
- VI - buscar a implantação dos serviços de saneamento ambiental em todo o território municipal;
- VII - controlar o uso e a ocupação de margens de cursos d'água, áreas sujeitas à inundação, áreas de mananciais, áreas de recargas e áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem;
- VIII - garantir a manutenção das áreas permeáveis no território do Município;
- IX - garantir um ambiente saudável por meio de um gerenciamento integrado de resíduos sólidos. (p. 21)

Este trecho destacado das diretrizes do Plano Diretor mostra a responsabilidade do poder municipal em assegurar o bem-estar da população e da “saúde” ambiental através de medidas voltadas para as questões ambientais em Belém. Entretanto, o item VII está relacionado diretamente com a realidade dos moradores do conjunto Promorar . Neste item, podemos perceber uma atenção e preocupação com as formas de uso e ocupação próximo de cursos d'água e de áreas suscetíveis a inundação. No caso do conjunto Promorar, na época da sua formação, não houve uma preocupação neste sentido já que a ocupação ocorreu em uma área próxima ao Igarapé Val-de-Cans. Contudo, atualmente, podemos perceber a tentativa de controle e de proteção ambiental do igarapé.

A política ambiental elencada no Plano Diretor segue três aspectos básicos: abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana e os resíduos sólidos. Em relação ao abastecimento de água, a insatisfação com esse serviço foi percebida no decorrer das entrevistas com os moradores. No item VII, do artigo 34, o plano mostra que o município tem a responsabilidade de “articular os critérios de ampliação e de implantação dos sistemas de abastecimento de água com os de uso e ocupação do solo urbano”. Essa ampliação ainda não se efetivou se considerarmos a falta de abastecimento de água diariamente no conjunto Promorar, afetando a vida cotidiana dos moradores.

No que se refere ao esgotamento sanitário, o plano considera que se deve

III - priorizar os investimentos para a implantação de coleta de esgotos nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares ou cujos esgotos são lançados na rede pluvial;

IV - ampliar a cobertura espacial dos serviços de esgotamento sanitário por meio da promoção da implantação de novos sistemas, da otimização da capacidade e da recuperação das estruturas de esgotamento sanitário existentes, dando a destinação adequada aos resíduos;

Neste caso, o plano prevê mais investimentos em esgotamento sanitário para as áreas sem infraestrutura de esgoto adequada, além de ampliar a cobertura na prestação de serviços de esgotamento sanitário. Entretanto, essas medidas não estão sendo percebidas pelos moradores do conjunto, que expressam nas suas falas, mais adiante, a precariedade da infraestrutura de esgoto, sendo a maioria de céu-aberto.

O plano diretor estabelece na questão da drenagem urbana, o desenvolvimento de

II - diretrizes para a criação de parâmetros de impermeabilização do solo construído ou pavimentado por metros quadrados aplicados ao parcelamento, desmembramento e construção de edificação em lotes, devendo o usuário compensar a área impermeabilizada, mediante implantação de sistema de drenagem que garanta a percolação ou escoamento superficial para áreas permeáveis;

III - ampliação da capacidade de escoamento e regularização das vazões dos rios, canais e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem urbana, considerando as vocações sócioeconômicas e ambientais das áreas;

Esses itens mostram que as medidas de pavimentação das ruas do conjunto e a realização de dragagem do canal do Promorar tem sido realizado no conjunto, e tem resultado na diminuição dos alagamentos, mesmo nos períodos de chuva e de elevação do nível da água. Em contrapartida, o serviço de dragagem só passou a ser realizado depois da forte inundação que ocorreu em 2020, segundo relato dos moradores.

Por fim, os resíduos sólidos que se configuram como uma das responsabilidades do município, em que podemos destacar algumas diretrizes presentes no artigo 40 do plano diretor, que se propõe a

II - garantir o direito de toda a população à equidade na prestação dos serviços regulares de coleta de lixo e limpeza pública;

III - promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos; (...)

V - estimular a segregação integral de resíduos sólidos na fonte geradora e a gestão diferenciada; (...)

IX - estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial o reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil. (p. 26)

A coleta de lixo foi apontada como muito irregular para alguns moradores, para outros existe uma satisfação em relação ao serviço de coleta. Dessa forma, percebemos que esse serviço não é realizado de forma justa para todos. Além disso, nas falas se enfatizam a dificuldade de adesão da população a práticas menos poluidoras para que não ocorra o acúmulo de resíduos sólidos no conjunto. Com isso, o poder municipal deve buscar estratégias de educação ambiental associado com a oferta de serviços e infraestrutura ambiental que seja mantida essas práticas no cotidiano dos moradores.

3. OBSERVANDO OS ASPECTOS AMBIENTAIS NO CONJUNTO PROMORAR: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES LOCAIS.

De acordo com a setorização de áreas de risco realizada pelo CPRM no mês de setembro de 2021, em Belém, podemos identificar que o conjunto Promorar apresenta alguns pontos críticos que contribuem para a ocorrência dos alagamentos e das inundações, como mostra a figura 1. Essas áreas mais suscetíveis a esses riscos podem ser visualizadas nas fotografias presentes na figura 1, que destacam algumas áreas próximas ao Igarapé Val-de-Cans e ao canal Promorar.

Figura 1 – Setorização de áreas de risco de Belém.



Fonte: Serviço Geológico do Brasil (2021).

Dessa forma, com base nesse mapeamento, para esta pesquisa, foi realizado um trabalho de campo no conjunto Promorar durante o mês de julho do ano de 2022, como importante para mostrar a percepção ambiental dos moradores em relação ao planejamento urbano e ambiental da cidade de Belém, que afetou diretamente os direitos à habitação desses sujeitos.

Nesta pesquisa, apesar das dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, foi possível realizar 12 entrevistas com os moradores, dentre os quais, 75% desses entrevistados moram nas áreas mais alagáveis do conjunto. Essas dificuldades ocorreram devido a alguns fatores relacionados a desconfiança na pesquisa, ou seja, algumas pessoas não se sentiam seguras em respondê-las. Em outros casos, a falta de disponibilidade para responder as perguntas também foi um fator de dificuldade já que o período do dia mais favorável para a realização das entrevistas foi no horário de 17h e 18h.

Quando fui observando o conjunto Promorar, pude perceber que no período em que a pesquisa foi realizada, as ruas do conjunto estavam sendo pavimentadas, através do “Programa de Revitalização da Malha Viária do Município de Belém” (figura 2). Além disso, algumas áreas do conjunto estavam passando por reforma, como o canal de drenagem e em uma das entradas de acesso ao conjunto, através da Avenida Arthur Bernardes.

Figura 2 – Placa informativa sobre o “Programa de Revitalização da Malha Viária do Município de Belém”, localizada na Avenida Norte.



Fonte: Curcino (2022).

Ainda na figura 1, podemos observar que embaixo da placa há a presença de entulhos

que são recorrentes nas calçadas do conjunto. Em alguns casos, pude observar placas que sinalizam a proibição de despejo de lixo e entulhos, como nas áreas de controle militar, sob pena criminal de acordo com a Lei de Crimes Ambientais, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Placa de aviso sobre a proibição de lixo e entulho na área sob administração militar e abaixo da placa, pode ser verificado a presença de lixo e entulho nessa área.



Fontes: Curcino (2022).

Mas também pude encontrar em determinados trechos das calçadas do conjunto, uma iniciativa de conscientização ambiental através dos moradores locais, que pode sinalizar para uma ausência de políticas públicas que estejam direcionadas para a educação ambiental,

principalmente, nessas áreas mais periféricas da cidade. Dessa forma, além da construção de espaços de conscientização ambiental, podemos perceber também que esses mesmos espaços se tornam espaços de sociabilidade, de encontros entre os moradores e a vizinhança (figura 4). Esses espaços podem ser percebidos próximos ao Igarapé Val-de-Cans, em que podemos observar um corredor de passeio público, com a presença de um extenso muro que separa o Igarapé do corredor.

Figura 4 – Espaços que promovem conscientização ambiental e também destinados para encontros entre a vizinhança.



Fonte: Curcino (2022).

Pude observar, também, que o canal Promorar se constitui como uma área central do conjunto (figura 04), ou seja, o canal não assume somente a função estabelecida pelo saneamento, relacionado ao escoamento e drenagem da água. Isso significa dizer que podemos observar uma diversidade de usos destinados ao canal: como espaço de lazer, construção de sociabilidades, espaço comercial e de venda de lanches e alimentos.

Figura 5 – Entrada do conjunto Promorar pela Avenida Arthur Bernardes. Mais a frente, o início do canal Promorar.



Fonte: Curcino (2022).

Ainda que tenha passado por um processo de dragagem recente, logo após a inundação que ocorreu em 2020, no momento da pesquisa, foi possível observar o canal sem obstruções. É importante destacar que a estrutura do canal estava significativamente deteriorada, até mesmo algumas passarelas estavam sem uma estrutura adequada para que as pessoas pudessem atravessar o canal. Contudo, podemos perceber a iniciativa do poder público em fazer com que os diversos usos que a população faz do canal, sejam contemplados, ainda que minimamente.

Em relação às entrevistas⁹, foi realizada uma mostra social da percepção ambiental dos moradores baseada no pensamento de Halbwachs (1990) sobre a memória enquanto uma construção coletiva. Neste sentido, entendemos que os depoimentos expressam percepções que apresentam conexões entre si no tempo e no espaço, e que, portanto, não devem ser analisados isoladamente. Assim, essas percepções compõem a memória coletiva dos moradores que se ancoram nos pontos em comum, como coloca Halbwachs (1990, p. 34)

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.

Nesta mostra social podemos verificar que o perfil dos moradores entrevistados aponta que dos 12 entrevistados, 7 foram do gênero feminino e 5 do gênero masculino. Em relação a idade, 6 entrevistados (50%) apresentavam idade entre 60 e 70 anos, 3 entrevistados (25%) apresentavam idade entre 50 e 60 anos, e 3 entrevistados (25%) apresentavam idade superior a

⁹ Entrevistas realizadas com os moradores do conjunto Promorar, em junho de 2022.

70 anos, evidenciando um grande recorte temporal das percepções já que os moradores entrevistados apresentam um tempo de moradia significativo para a pesquisa.

No que se refere ao grau de instrução, 7 entrevistados (aproximadamente 58,3%) têm como formação o Ensino Médio Incompleto/Completo, 4 entrevistados (aproximadamente 33,3%) têm o Ensino Fundamental Incompleto/Completo e 1 entrevistado (aproximadamente 8,4%) tem Ensino Superior Completo, indicando um perfil social de mais vulnerabilidade.

As entrevistas tiveram como foco mostrar o entendimento dos moradores em relação as questões socioambientais, especialmente, em relação aos alagamentos e inundações, que estão previstas nas formas de uso e ocupação do conjunto Promorar, assim como, em relação ao processo de remanejamento de pessoas para o conjunto, a partir da década de 1970. Dessa forma, a percepção ambiental dos moradores será verificada nos subtópicos a seguir.

3.1 A remoção dos moradores para o conjunto Promorar.

O processo de remoção para o conjunto Promorar ocorreu devido a macrodrenagem em alguns bairros mais próximos do centro, com o aterramento e pavimentação das ruas, e a abertura do canal da Antônio Baena, a partir da década de 1970 e 1980. Seu João¹⁰, que mora há mais de 33 anos no conjunto Promorar relata esse processo quando diz que

O motivo foi remanejamento. A abertura de um canal que precisava da macrodrenagem lá do nosso bairro, e a nossa casa era a última casa que ia sair, aí foi necessário pra gente vim pra cá, pra abertura de um canal, ali atrás da Unama [Alcindo Cacela]. (ENTREVISTA COM MORADORES, 2022).

Seu João relata que antes de ocorrer o remanejamento, aconteceram reuniões com representantes do governo estadual para explicar os motivos e como seria esse processo de remanejamento, além de ter sido realizado o cadastro das famílias que iriam ser remanejadas. Ainda que nesse primeiro momento o poder público tenha construído um diálogo com os moradores, algumas informações não foram esclarecidas por completo, gerando dúvidas sobre o loteamento Promorar e, posteriormente, a não adaptação de algumas pessoas nas novas moradias, como é colocado por João.

Eles chegaram [governo do estado] e deixavam uma carta pras famílias todas, que iria haver uma reunião, todo mundo ia participar da reunião, vamos dizer assim, ‘nesse

¹⁰ Optou-se por usar nomes fictícios para preservar os direitos à privacidade e à identidade dos entrevistados e entrevistadas.

colégio fulano de tal’, e nesse colégio ainda fui com o papai, aí chegou lá, eles exporam que o governo do estado ia precisar daquela área, pois ali ia ser aberto um canal, que chamavam de macrodrenagem... então, algumas casas iriam sair toda, e outras 80% da casa ia sair, no caso ia ficar 20%... e que iam ser remanejados pro loteamento Promorar, em Val-de-Cans... mas eles não diziam o tamanho da casa. [...] Algumas pessoas chegavam aqui e não se adaptavam, voltava pra casa de novo... não se acostumava, a casa era muito pequena, como lá em casa. Lá em casa muitas coisas ficaram do lado de fora, o quarto pequeno, a cozinha ‘um ovo’, e só, a pessoa chegava e dava o jeito. (ENTREVISTA COM OS NORADORES, 2022).

Contudo, esse diálogo dos representantes do governo do estado com os moradores se encaminhava para se chegar a um consenso, em busca de conseguir realizar as obras de macrodrenagem que dependiam da remoção das pessoas. Entretanto, esse consenso acabou se tornando impositivo para aqueles que não aceitavam a remoção já que os representantes disseram que poderia ocorrer a expulsão desses moradores através da reintegração de posse caso não aceitassem a proposta, de acordo com a fala do seu João.

Depois de muito tempo, uns eram contra outros eram a favor, aí foi, até que todos tiveram que concordar, porque foi dito assim, que as pessoas que não quisessem entrar em acordo, iria pra justiça, a justiça ia decretar reintegração, alguma coisa parecida, pra pessoa sair pro governo ocupar aquele espaço. Teve um dos meus irmãos que não queria sair de lá, não veio pra cá, nós viemos pra cá, ele ficou ocupando a casa, a COHAB mandou uma carta pro papai, pro papai se apresentar na COHAB, papai foi na COHAB, quando papai chegou na COHAB, papai falou pra mamãe ‘olha, ele tem dois dias pra sair de dentro da casa porque se ele não sair, eles vão derrubar a casa em cima dele’, porque assim, uma vez remanejado você já tá ocupando um espaço que a COHAB lhe deu, então foi feito tipo uma troca ‘me dê essa e você desocupa essa’... e outras pessoas que venderam aqui e não quiseram ficar aqui, o que foi que fizeram, recuaram o que puderam mas não saíram de lá porque já tavam acostumado com o bairro, e a nossa não, a nossa foi toda. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

É interessante notar que desde as conversas iniciais com os representantes do poder público, a falta de informações e, em certa medida, a coercitividade através de ameaças de remoção forçada, neste caso, esses elementos podem ser considerados como fundamentais na operacionalização da injustiça ambiental (SOUZA, 2020) em relação a esses moradores. Ou seja, podemos verificar que o processo de remanejamento não ocorreu de forma democrática, por ter se tratado de um processo que não proporcionou a devida atuação dos grupos sociais envolvidos, desrespeitando as suas escolhas e decisões.

Outra entrevistada, Dona Helena que mora há 41 anos no conjunto, expressa um sentimento de que ela e outras famílias foram enganadas sobre o processo de remanejamento que ocorreu para o conjunto Promorar. Em sua fala, ela relata a situação das pessoas que foram notificadas para serem removidas, que moravam próximo da avenida 3 de maio, onde se encontra, atualmente, a extensão final do canal da Antônio Baena.

Porque na época o governo enganou o pessoal da 3 de maio, que eu morava na 3 de maio, eu vim de lá criança... enganou que iam fazer benefício pro povo e tinha que precisar da área, aí já jogaram o pessoal tudo pra cá, pra esse lugar, que era uma casinha desse tamaninho, só dava mesmo três pessoas, como o pessoal se lembram, aí eu vim, eles indenizaram, deram uma parte em dinheiro porque eu tinha duas casas lá, aí a parte que me coube eu construí aqui e fiquei com a família.

Podemos perceber na fala de Dona Helena, que a sua insatisfação ocorreu devido ao processo de remoção ter sido destinado para um loteamento muito pequeno para atender as necessidades das famílias remanejadas, ainda que o governo, na época, tenha indenizado essas famílias. Assim, esse sentimento de injustiça como expressão do sofrimento ambiental (SOUZA, 2020) reforça que houve a falta de informação pelos representantes do governo do estado e, conseqüentemente, dificultou uma mobilização coletiva ou o estabelecimento de conflitos manifestos (SOUZA, 2020) pelos moradores locais na reivindicação dos seus direitos à habitação diante dessa insegurança de moradia.

No caso de Seu Francisco, que mora há 45 anos no conjunto, relata que ocorreu pagamento de uma taxa para quem conseguiu as casas, sendo que alguns, posteriormente, conseguiram legalizar a moradia e outros tiveram dificuldade em conseguir essa legalização, quando diz

A gente morava em alagamento, como era antigamente aqui, mas depois foi evoluindo, né. Eu morava no Barreiro, lá apareceu um... teve umas decisões que a maioria deveria se mudar de lá, e vim pra cá... começaram a fazer as casas aqui, a COHAB através da prefeitura... fomos inscritos, vamos supor assim, numa... tipo, um sorteio, pra cada um conseguir a casa, como conseguimos... um bocado veio pra de lá pra cá com casa própria... depois nós viemos pra cá e começamos a pagar. Pagava um mínimo, vamos dizer assim, que podia, né... quem podia legalizar a casa, levava em frente, se não ficava pagando por mês. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

É importante destacar que o Seu João aponta para uma outra situação importante nesse processo de remoção, quando diz

A gente veio de uma área alagada pra outra alagada, o problema permaneceu o mesmo. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Sobre isso, o Plano Diretor apresenta um discurso, a partir de uma das suas diretrizes gerais, em que a dimensão ambiental está integrada ao direito à moradia adequada, quando se propõe a “promover as condições básicas de habitabilidade por meio do acesso de toda a população à terra urbanizada, à moradia e ao saneamento ambiental, bem como garantir a

acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos” (BELÉM, 2008, p. 03). Contudo, essa ideia diverge com as falas dos moradores por se tratar de uma área com demandas específicas, especialmente, por ser uma área alagável. As condições de habitação perpassam por essa característica, sendo necessária medidas que considerem esse aspecto como importante para se pensar no direito à moradia para as comunidades que ocupam essas áreas.

Dessa forma, podemos entender que a ideia propagada em relação as obras de macrodrenagem vinculadas aos projetos de remoção visavam a garantia dos direitos à moradia da população mais pobre que habitava as áreas de alagamentos mais próximas ao centro, sendo uma reivindicação das lutas de movimentos por moradia, como vimos anteriormente. Entretanto, com a remoção para uma outra área com o mesmo problema ambiental, suscetível a alagamentos, as mudanças estruturais necessárias não ocorreram devidamente, permanecendo os alagamentos na vida dos moradores.

3.2 Os impactos socioambientais na percepção dos moradores no conjunto Promorar.

Os moradores entrevistados expressam que a casa era o ponto central nesse processo de remanejamento. Como pudemos perceber, o tamanho das casas era uma das questões principais nos seus relatos. Mas também, em algumas falas, os moradores apontam para outros aspectos socioambientais que foram sendo modificados ao longo do tempo no conjunto, como podemos verificar na fala do Seu José, que mora há 40 anos no conjunto.

A infraestrutura era completamente crua, não era asfaltado, esse canal aí era só uma vala, tanto é que, a rua aqui era só piçarra, as casas, eram aquelas casas que é dada pela COHAB, aquela estrutura básica de conjunto. (...) [as casas] elas eram normais, de alvenaria, só que era pequena, mas que tinha um quarto, cozinha e sala, só (...) não tinha nada, não tinha muro, nadinha. Isso já foi feito pelos moradores em questão de aumento da casa (...) e com o tempo, o próprio governo, a prefeitura foi ajustando o conjunto, né. A questão do canal, a questão das ruas, aí foram sendo pavimentadas... linha de ônibus que não passava aqui, só passava na Júlio César, aí tinha que andar, ou pra Júlio César ou pra Arthur Bernardes, mas não passava dentro do conjunto, hoje já passa, né. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

Podemos observar na fala de Seu José, que os próprios moradores, após serem remanejados, foram realizando as modificações necessárias como uma forma de se adaptar à nova realidade que, em um primeiro momento, não atendia as suas demandas, ainda que o poder público tenha promovido a pavimentação e o saneamento no conjunto, no decorrer dos anos. Nesse caso, o Plano Diretor sob a proposta de “estimular a utilização dos vazios urbanos, inserindo-os no âmbito de uma política habitacional de interesse social” (BELÉM, 2008, p. 18)

nos mostra que os vazios urbanos como alvo das políticas habitacionais na cidade, representa que espaços sem infraestrutura urbana adequada sejam ocupados para habitação social. Assim, posteriormente ocupados, esses espaços passam a ser modificados pelos próprios moradores, como ocorreu com os moradores do conjunto Promorar, ou quando também ocorrem reivindicações dos moradores por melhorias de habitação através do poder público.

É interessante notar que alguns entrevistados, apontaram o transporte coletivo como problema ambiental, ampliando a ideia de “ambiente”, abrangendo pautas de cunho socioambiental. Assim, a circulação de ônibus dentro do conjunto somente foi realizada posterior ao remanejamento, sendo uma demanda ainda atual que, apesar de ainda ser realizada a circulação interna de ônibus, a oferta do serviço está presente na reclamação de alguns moradores, como aponta Dona Ana.

O que a gente reclama muito aqui é sobre o negócio dos ônibus (...) pra gente ter assim, passa quase 1 hora, demora. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Essa situação em relação ao transporte coletivo nos mostra a importância desse serviço em possibilitar o acesso à bens e serviços que, neste caso, estavam mais concentrados nas áreas centrais de Belém. Contudo, esse acesso foi sendo dificultado através de duas formas: a partir da remoção de pessoas para uma localidade mais distante do centro da cidade, e através da negação de direitos em uma localidade que não apresentava condições infraestruturais para a efetivação desses direitos. Em relação a este último fator, Seu João narra sobre isso quando diz

Quando eu cheguei aqui, ainda tavam aterrando o conjunto, não tinha quase nada, tava só no aterro, tudo em construção ainda (...) tinham casas, mas lá pra trás tavam derrubando árvore, aterrando... pra atravessar pro outro lado, tinha que atravessar em cima de árvore que eles quebravam, cortavam pra gente atravessar. (...) Não tinha energia, a energia era no gato, a gente tinha que buscar energia daqui perto do prédio... ali do prédio, né, pra cá, todo mundo puxava energia pra cá, os moradores que davam um jeito. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

Neste sentido, as condições infraestruturais são relatadas também a nível do saneamento, principalmente, no que se refere a esgoto, ao abastecimento de água e ao canal de drenagem. Em relação ao esgoto, Seu João destaca a ineficiência do abastecimento de água e na precariedade dos esgotos no conjunto, quando diz que

eu não sei se impacto ambiental seja a falta de água, a falta regular de água, todo tempo tá faltando água no conjunto... os esgotos, a maioria dos esgotos é a céu-aberto, tem o esgoto da porta de casa que não corre direito... a gente tem que tá dando um jeito de tá empurrando. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Seguindo o mesmo relato de Seu João, Dona Rosa frisa que a falta de abastecimento de água constante no conjunto Promorar tem afetado diretamente na realização dos seus afazeres cotidianos, especialmente, nas suas vendas de alimentação.

A água é uma coisa, também, complicada (...) a COSANPA é... a água é suja e falta bastante. Olha, eu, pelo menos, não tive como ainda... agora que eu to acabando de lavar, limpar fogão... porque eu não tenho caixa d'água, né, minha mãe tem, mas eu não tenho, então, agora, por exemplo, tô limpando o fogão, lavando a louça, até porque eu trabalho com quentinha, né, e fica difícil pra você fazer isso. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

O canal Promorar teve um destaque significativo nos depoimentos dos moradores devido às lembranças recentes da inundação e alagamentos que ocorreram no conjunto, em 2020. Essas lembranças nos mostram que, ainda que tenham sido baseadas em pontos de vistas diferentes, permanecem coletivas. Isso significa dizer que as lembranças dessa inundação e alagamentos se ancoram na memória coletiva dos moradores já que “são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos(...)” (HASBWACH, 1990).

Dessa forma, os relatos evidenciam a percepção dos moradores em relação a inundação que ocorreu nesse período, mas também dos alagamentos que são recorrentes, especialmente, nas áreas com a cota altimétrica mais baixa do conjunto. Alguns moradores tiveram que recorrer a solidariedade da vizinhança no momento da inundação, tendo que usar barco para ir de um lugar para o outro, como pode ser visto na fala de Dona Márcia.

[a inundação] foi muito ruim né, muito ruim... a minha filha que mora aqui embaixo, ela perdeu todos os móveis dela, porque ela não tava em casa, perdeu tudo... eu tava em cima, eu sempre morei em cima, ela mora aqui embaixo... eu até chamei o pessoal que moram pra ali [aponta para o outro lado da rua], tudo vieram pra cá porque não tinham como ficar em casa, ficava tudo cheio essas casas, todas foram cheias. (...) Foi a única vez que entrou aqui em casa, assim, que foi em todas as casas, sempre enchia ali na rua da 40, era pra ali só que enchia, pra cá não... enchia a rua mas aqui dentro nunca tinha entrado, entrou só dessa vez. (...) Quando o canal enchia, ela enchia [a rua].” [durou] mais ou menos 1 semana que a gente ficou... o pessoal trazia até alimento pro pessoal que tava aqui em casa, o pessoal das igrejas traziam alimentos, roupas, porque muita gente ficou com as roupas molhadas... eu saí só pra buscar uma vizinha bem ali, [nome da vizinha], ela não queria vim aí eu fui buscar ela, aí eu fui na água porque era preciso, ela não queria vim de jeito nenhum, aí eu fui buscar ela de barco, fomos de barco, aí ela veio e ficou aí. (...) A água subiu, cobriu tudo, o canal tudo... quando a maré secava a gente limpava, depois subia de novo. (...) Depois de 2020 não aconteceu mais... eles fecharam a saída da água lá na Arthur Bernardes. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

Esse depoimento evidencia a necessidade de um funcionamento adequado do sistema de drenagem no conjunto, principalmente, por se tratar de uma área que está suscetível a inundações e alagamentos. Em relação a isso, o plano diretor propõe, através de um Plano de Gestão Ambiental Integrado, uma atuação setorial “de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos, uso e ocupação do solo urbano e rural, transportes e de proteção ambiental” (BELÉM, 2008, p. 32). Em contrapartida, é importante destacar que, em um primeiro momento, essas infraestruturas precisam garantir as condições necessárias para que cada uma delas consiga cumprir, de forma integrada, os serviços ofertados pelo poder municipal. Ou seja, essas infraestruturas no conjunto Promorar, de acordo com a percepção dos moradores, são precárias, o que impossibilita pensar um funcionamento de forma integrado, contribuindo para a permanência dos alagamentos.

Seu José também relata que, apesar de os alagamentos serem recorrentes, os moradores não esperavam que uma forte inundação fosse acontecer naquele momento, em 2020. Assim, muitas famílias tiveram as suas casas inundadas, algumas acabaram perdendo os seus bens, como é relatado pelo Seu José.

Essa rua toda aqui encheu, isso aqui ficou um rio (...) o canal transbordou, passou um dia e a noite assim. Aí no outro dia que foram entender que era um problema lá na frente, não houve limpeza, macrodrenagem, construção que fizeram desse hospital da Sara [Hospital Sarah Kubitschek] (...) na época que fizeram o hospital mexeram na saída de água do canal aqui, do esgoto, no caso (...) fecharam, não pensaram nas consequências. Isso aí trouxe uma consequência muito grave na época pra nós moradores aqui. Muitos perderam muita coisa mesmo. (...) Eu, particularmente, não [perdi] porque a minha casa que é minha casa era mais alto e eu já prevendo a maré alta que todo ano tem, eu sempre me preparo, só que eu não esperava, no caso, que fosse acontecer isso nesse dia. E ela entrou dentro de casa a água (...) o máximo que ela vinha era encher a rua aqui, a maré alta no máximo que ela faz é encher a rua, ela invade mesmo a rua, mas nesse dia ela entrou nas casas... e eu, graças a Deus, não fui mais afetado porque a minhas coisas, no caso, aqui, eu tenho a minha casa altos e baixo, então, a maioria das coisas tava pra cima. Aqui embaixo, deu tempo de eu levantar as coisas rápido, o que não deu tempo de levantar... olha lá na minha mãe, minha mãe perdeu estante, móveis, tudo. Que ela não teve como levantar, entrou e destruiu tudo os móveis dela. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Essa fala retrata que alguns moradores identificam as causas através das suas experiências cotidianas, ainda que não se tenha o conhecimento técnico sobre, neste caso, as vias de escoamento de água. É importante notar que as percepções dos moradores são fundamentais para entender como os impactos ambientais são produzidos no conjunto. O plano diretor, com a previsão de planos diretores de drenagem das bacias hidrográficas e do Plano de Controle de Águas Pluviais e Enchentes, destaca a necessidade de considerar os aspectos ambientais locais para o direcionamento da política de drenagem do município quando busca

estabelecer “ampliação da capacidade de escoamento e regularização das vazões dos rios, canais e estruturas hidráulicas que compõem o sistema de drenagem urbana, considerando as vocações sócioeconômicas e ambientais das áreas” (BELÉM, 2008, p. 24). Entretanto, o plano diretor não evidencia se esses aspectos ambientais obedeceriam somente a critérios técnicos ou também a percepção ambiental dos moradores no sentido dos estudos socioambientais. Esse fator é importante porque pode ser determinante para que ainda continuem ocorrendo sucessivos alagamentos no conjunto Promorar.

Seu Manoel, que mora há mais de 38 anos no conjunto, destaca que o processo de ocupação e a formação dos conjuntos no bairro foi determinante para os alagamentos começarem a ser constantes no conjunto. Também acrescenta que, somado a forma de ocupação, o fato de o conjunto ser cercado pela Baía do Guajará e pelo Igarapé Val-de-Cans estando sujeitas ao aumento do nível da água (maré cheia), associado ao regime de chuvas intensas no período do inverno. Seu Manoel foi um dos moradores que perdeu alguns de seus pertences na inundação que ocorreu em 2020, como podemos acompanhar na sua fala a seguir.

Logo que nós viemos pra cá, não enchia, né... aí quando fizeram tanto o conjunto que fizeram pra cá, aí fizeram o CDP, né... toda esta água que vem, tá tudo aí no canal, aí quando a maré tá grande, aí ela, com a chuva, aí pronto... aí começou a encher aqui. (...) esta água que vem daqui, tudo corre pra cá, esse igarapé aqui, aqui por trás. Aí quando a maré vem... aí quando dá aqueles toró grande a tarde, aí pega a maré grande, aí não tem. (...) Eu perdi um freezer, só não perdi a geladeira porque o pessoal... todo mundo entrava nas casas pra levantar... ai perdi uma cama também. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

No caso de seu Antônio, que mora há 50 anos no conjunto, ele mostra que a sua casa é constantemente atingida pelos alagamentos, assim como foi em relação a forte inundação que ocorreu no conjunto.

(...)isso quando chove, a água vem bem aqui [aponta para a parede da frente da casa] porque num desce a água, aí transborda por trás... quando dá uma chuva forte é problema que a minha casa... fizeram essa casa aqui, em vez da descida da água vim pra cá [frente da casa], quando invade por lá [fundo da casa], ela entra pros quarto, e só eu aqui é problema, quando chove e invade a água. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Com esse acontecimento, alguns moradores resolveram se mudar para outros bairros, colocando à venda os seus imóveis. A sensação de insegurança e o trauma decorrem da vulnerabilidade ecológica enquanto “características particulares relativas à fragilidade de cada geossistema/ecossistema concreto” (SOUZA, 2020, p. 37) e de uma vulnerabilidade social que expressa “as características socioeconômicas e sociais [que] são complementadas e calibradas

pela consideração dinâmica da variabilidade temporal e espacial em matéria de conjuntura político-institucional, cultura política, tradições de mobilização e organização popular etc.” (SOUZA, 2020, p. 37). Esse sentimento marcado pela inundação e alagamentos foi determinante para que alguns moradores saíssem do bairro, prevendo que essa situação poderia ocorrer novamente, como mostra a Dona Márcia.

Aí vinha água daqui, vinha água daqui e a água do canal mesmo... muita gente vendeu [as suas casas]. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

É interessante notar que os próprios moradores expressam os principais fatores que contribuíram para que a inundação acontecesse e a água ficasse represada por muito tempo. De acordo com Seu João, o lixo (resíduos sólidos) foi uma das causas da inundação, quando diz

O alagamento tem constante aqui por que? quando chega no mês do inverno, pode se preparar... aqui, Graças a Deus, quando teve esse alagamento agora, não encheu, mas lá pra baixo, todas as casas foram no fundo, e ainda continua, continua o mesmo alagamento aqui, principalmente, porque as pessoas jogam o lixo no canal, pneu, no canal... e pra retirar aquela lixarada de vez em quando que a prefeitura manda... e quando chega no período do inverno mesmo, é que eles querem tomar uma providência, que já é tarde, aí pra lá começa a encher as casas. Aqui, Graças a Deus, que só encheu a rua, mas aqui não entrou água. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

Seu Francisco também aponta que mesmo com a presença constante do serviço de lixo e entulho, quando a água ficou represada em 2020, foi encontrado, além dos resíduos sólidos, bastante entulho no canal. Assim, foi necessário a retirada desse acúmulo através da dragagem do canal, para desobstruí-lo e facilitar a diminuição do nível da água.

Aqui, graças a Deus, nós temos um vereador aí que nos ajuda muito aqui no conjunto que é o [nome do vereador], é o único. Toda vez aqui, a sujeira, ele manda ajuntar o entulho. Tem um tempo pra passar a caçamba pra gente ficar pegando entulho nas casa e tudo aí... lixeiro, temos o lixeiro três vezes na semana. (...) E teve o negócio da enchente, como acabei de falar no negócio do canal, é quando ele, o [nome do vereador] ficou duas vezes de madrugada, dia de sábado pra domingo, de madrugada, o dia todo, que a gente ficou ali, com a escavadeira que tavam lá em cima, lá cavando, aí tiravam um fogão de dentro do canal... era fogão, ficou preso lá, começou a prender lá. Era geladeira, colchão (...) era bacia sanitária... e isso foi acumulando lá. Com o tempo houve aquela enchente, aí a água subiu mais de nível, aí a chuva, aí compactou com tudo... causou a enchente. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

No caso da Dona Francisca, ela considera que a limpeza do canal é necessária, assim como, a busca de alternativas que incentivem a conscientização ambiental da população. Ela

também entende que ainda precisa ser incentivado práticas de coleta seletiva no conjunto, como podemos perceber no seu relato.

Eu acharia que deveria ser mais cuidado, o canal, pela limpeza, pela falta de higiene da população, de jogar lixo na rua, né, não ter os dias, separar o lixo... porque aqui tem coleta seletiva, né, mas as pessoas não colocam... não diferenciam, né. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022).

Dona Rosa também segue o mesmo pensamento de Dona Francisca em relação ao acúmulo de resíduos sólidos, e acrescenta que a coleta de lixo não tem sido realizada na sua rua. Essa situação tem contribuído para que os alagamentos e inundações ocorram com maior frequência.

Lixo, jogam muito lixo na beira do canal, eu acho que não deveriam fazer, né (...) deveria ter uma lixeira como antigamente tinha, cada um tinha a sua lixeira, e o carro do lixo, ele entrava, agora ele não entra aí, em todas as quadras, pelo menos aqui na nossa ele não entra, entra em outras quadras, mas aqui, não. (ENTREVISTA COM OS MORADORES, 2022)

Essas entrevistas mostram a percepção ambiental dos moradores de acordo com as suas experiências e memórias. Ainda que todos os moradores entrevistados façam parte do mesmo conjunto, essas experiências e memórias podem se diferenciar, o que não significa dizer que elas podem ser falsas ou verdadeiras. Dias (2018, p. 166) fala sobre isso quando diz que “esta capacidade da memória de transformar o passado nos coloca em constante movimento, mesmo que não deliberado” da mesma forma que as “nossas recordações não são contínuas e se apresentam em lacunas que, às vezes, conseguimos içar através de nossas lembranças”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pesquisa, percebe-se que o processo de remanejamento dos moradores para o conjunto Promorar foi permeado por constantes violações de direitos fundamentais, que podem ser entendidos como expressão da injustiça ambiental, presente também na memória coletiva dos moradores locais. Essa situação se exemplifica nas conversas de negociação, que não cumpriram o dever ético e democrático de informar adequadamente os moradores, e, também, pelo caráter coercitivo dessas conversas para que as famílias aderissem ao remanejamento. A própria insatisfação dos moradores em relação a remoção para uma outra localidade, mais afastada do centro, dificultando o seu deslocamento para as áreas mais centrais

da cidade, configura-se como expressão dessa injustiça. Porém, um dos pontos mais centrais dessa injustiça ambiental está relacionada com a luta pela permanência nesse espaço diante da falta de infraestrutura adequada para habitar. Habitar no sentido de construção de espaços que refletem as formas de usos dos moradores do conjunto, associado com o seu contexto ecológico ou, como Souza (2020) chama de “geobiofísico e social”, para se pensar em justiça ambiental e social.

Esses aspectos são importantes a fim de entender que para se assegurar os direitos a moradia é necessário a busca pela justiça ambiental. Contudo, um dos desafios para garantir esse direito para os moradores do conjunto Promorar está relacionado com o direcionamento dado a política ambiental no município de Belém. Nesse caso, podemos perceber que o Plano Diretor Municipal de Belém, no que se propõe a realizar enquanto política ambiental para o município, em certa medida, diverge com a percepção ambiental dos moradores locais. Podemos perceber a incompatibilidade do discurso de melhoria das condições ambientais em áreas suscetíveis a alagamentos, com os depoimentos dos moradores, principalmente, em relação as políticas de saneamento, drenagem e resíduos sólidos que ainda não se tornaram efetivas no conjunto. Ainda que esta pesquisa tenha se limitado em analisar a política ambiental presente no plano diretor, é importante que essa análise também possa se estender para os planos e programas habitacionais e ambientais previstos no plano diretor para entender o que tem sido realizado de forma concreta e como isso tem sido percebido pela população.

Por fim, essa pesquisa foi fundamental para que eu, enquanto pesquisadora e moradora do bairro, pudesse entender a pesquisa como possibilidade de transformação da nossa realidade, que perpassa, primeiramente, em entender as nossas reivindicações por bem-estar social e cidadania que se constrói através da nossa memória coletiva, ou seja, não é uma luta individual, mas sim, coletiva. E, também, pela importância de se trazer para o centro das discussões sobre a temática ambiental, a visão das pessoas, da comunidade, dos grupos sociais que também constroem conhecimento e contribuem para se repensar a respeito de como estão sendo elaboradas as políticas públicas: para a população ou a partir dela?

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Aurélia Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** 2. ed. Belém: NAEA, 2018.

ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES**, [S. l.], n. 17, p. 164-183, set. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1138> . Acesso em: 11 dez. 2021.

AMARAL, Rosângela; GUTJAHR, Mirian. **Desastres naturais**. 3 ed. São Paulo: IG/SMA, 2015. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2016/12/8-DesastresNaturais.pdf> . Acesso em: 05 set. 2022.

BACHELARD, Gaston. A imensidão íntima. In: A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 189-214.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Belém**: Belém, PA, n. 11214, 5 set. 2008. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf Acesso em: 22 ago. 2022.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DIAS, Juliana. Memória e lugar: entre a noção de indissociabilidade espaço-tempo e a reflexão sobre a experiência geográfica / Memory and place: between a notion of space-time indissociability and a reflection on a geographical experience. **Geograficidade**, v. 8, n. 2, p. 161-173, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/13132> . Acesso em: 05 ago. 2022.

LEÃO, M. **Remoção e reassentamento em baixadas de Belém**: estudos de caso de planos de reassentamento (1980/2010). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8614/1/Dissertacao_RemocaoReassentamentoB aixadas.pdf . Acesso em: 25 jul. 2022

SOUZA, Marcelo. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES**: Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 16, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277> . Acesso em: 15 ago. 2022.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Setorização de áreas de risco geológico**: Belém, Pará. Belém: CPRM, 2021. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/20761.3> . Acesso em: 01 jun. 2022.

SOUZA, Marcelo. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0025.pdf> . Acesso em: 08 jun. 2022.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.